



Os sócios-diretores da iNFRA, Dimmi Amora e Leila Coimbra, com o senador Marcos Rogério (PL-RO)



O anfitrião, João Camargo (d), presidente do Conselho de Administração da Esfera Brasil, com o presidente do TCU, Vital do Rêgo Filho



Durante o evento na casa ParlaMento, João Camargo com o deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP)



Dimmi Amora, sócio da Agência iNFRA; Jorge Luiz Macedo Bastos, diretor-presidente da INFRA SA; e o anfitrião João Camargo, no encontro



O CEO da ENEL Rio, Francesco Moliterni; João Camargo; o CEO da Eletrobras, Ivan Monteiro; o CEO da Enel Brasil, Antonio Scala; e Ronaldo Camargo, subsecretário de Estado de SP



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Esfera celebra 8 anos da agência iNFRA

Em noite concorrida na capital federal, o grupo Esfera Brasil e a Agência iNFRA anunciaram oficialmente sua sociedade em um evento que movimentou os bastidores políticos e empresariais de Brasília. A cerimônia, realizada na Casa ParlaMento, contou com a presença de nomes de peso da Esplanada dos Ministérios, consolidando o prestígio da nova união entre o think tank e a agência especializada em infraestrutura.

Entre os presentes, os ministros Alexandre Silveira (Minas e Energia), Renan Filho (Transportes), Jader Filho (Cidades) e Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos), além do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo. A presen-

ça maciça de autoridades federais sinaliza a relevância do novo projeto, que promete ampliar a cobertura da Agência iNFRA para áreas estratégicas como mineração, óleo e gás, além de estreitar os laços com a comunicação de alto nível por meio de novos produtos audiovisuais.

Com a chegada do Esfera Brasil como sócio, representado por João Camargo — também sócio da CNN Brasil —, a Agência iNFRA reforça sua posição como referência no jornalismo especializado em infraestrutura. Os jornalistas Dimmi Amora e Leila Coimbra seguem à frente da direção editorial da agência, que desde 2017 vem conquistando respeito no setor.

Fotos Esfera Brasil/Divulgação



Dimmi Amora, sócio da Agência iNFRA; Jorge Luiz Macedo Bastos, diretor-presidente da INFRA SA; e o anfitrião João Camargo, presidente do Conselho de Administração da Esfera Brasil



Claudio Magnavita; o vice-presidente do Esfera, Alexandre Bacelar; o CEO da Light, Alexandre Nogueira; o presidente do Conselho Administrativo da Light, Helio Costa; João Camargo e Jorge Luiz Macedo Bastos, da INFRA SA



O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, com o anfitrião João Camargo, ao centro, juntos aos sócios-diretores da iNFRA, Leila Coimbra e Dimmi Amora



Ministro do TCU, Vital do Rêgo, com Cláudio Magnavita, publisher e diretor de Redação do Correio da Manhã

PINGA-FOGO

NOVA IORQUE VERDE AMA-RELA - A partir desta quinta, 08, o Brasil começa a se transferir por uma semana para Nova Iorque, onde ocorrerão múltiplos eventos ligados a veículos de comunicação e painéis com vários líderes políticos, principalmente, governadores. Muita atenção aos tons dos pronunciamentos. Serão eventos que definem o cenário de 2026. O Brasil vai falar com o mundo, mas, principalmente, será o país falando para o seu público formador de opinião.

REFORMA DE SECRETARIADO DE OLHO EM 2026 - O Governador do Rio, Cláudio Castro, embarca também para Nova Iorque nesta quinta e leva um núcleo mínimo de colaboradores. Na estadia da Big Apple, Castro desenhará a reforma do secretariado que realiza, em conjunto com o presidente da Alerj, Rodrigo Bacellar, já definindo o cenário político das alianças para as eleições de 2026. É uma reforma para valer e não mudanças pontuais. Castro retorna ao Brasil no próximo dia 16, já com os nomes do novo governo na bagagem.

AUDIÊNCIA DISCUTE PEDÁGIO - Uma audiência pública, na Câmara dos Deputados, nesta quinta-feira, dia 08, às 9 horas, discutirá os problemas causados pela cobrança automática de pedágio - conhecido como Free Flow - que causa dor de cabeça aos motoristas desde que foi implantado na BR-101 (Rio-Santos), na região da Costa Verde. Só para se ter uma ideia do problema, lançado pela CCR RioSP, responsável pela rodovia, o sistema acumula algo em torno de um milhão de multas aplicadas contra os motoristas, com valor estimado de R\$ 200 milhões. Sem falar nos pontos que o motorista perde na CNH. A audiência pública pode ser acompanhada online e será presidida pelo deputado Hugo Leal (PSD-RJ).

PROJETO APROVADO - Um projeto de lei, aprovado na Câmara, inclui emenda de Hugo Leal para conceder prazo de 12 meses para o pagamento da tarifa, cancelar as multas e excluir a pontuação na CNH no caso de multa por não pagamento do free flow. Detalhe: o projeto, originalmente do Senado, voltou à Casa, onde aguarda votação.

RIO RESTAURANTE WEEK - Entre 23 de maio e 22 de junho, a gastronomia da capital carioca receberá novo impulso. A programação da 29ª edição do Rio Restaurant Week tomará a cidade com menus que celebram a diversidade, sabores e ingredientes típicos da Região Norte do Brasil. Em novembro de 2024, a iniciativa representou um incremento de R\$ 2,7 milhões em faturamento nos restaurantes participantes. Arteiras Comunicação é a nova contratada pela organização do evento para coordenar a Assessoria de Imprensa.

MEXENDO AS PEÇAS - O gabinete do vereador Léo França, em Petrópolis, agora tem uma nova integrante: na verdade, alguém bem conhecido na política petropolitana. Aliado fiel de Rubens Bomtempo, França, que tenta, com pouca eficácia, enfraquecer a atual gestão municipal, agora tem como Coordenadora Geral de Gabinete, a esposa do ex-prefeito, Luciane Bomtempo, que deve receber, segundo o portal da transparência da Câmara, R\$ 8.997,20.

Fernando Molica

O universo paralelo de políticos brasileiros

A aprovação, pela Câmara, do projeto que aumenta o número de deputados federais e o beicinho feito pelo PDT pela demissão de Carlos Lupi do Ministério da Previdência comprovam que a maioria dos políticos vive numa espécie de universo paralelo, os caras gravitam em torno de si.

Pouco importa que seja absurdo criar mais vagas na Câmara e que a gestão de Lupi tenha falhado na prestação de serviços e, a exemplo de anteriores, no combate a fraudes que lesaram aposentados e pensionistas. O que vale é aprimorar a privatização de espaços públicos.

O aumento de 513 para 531 do número deputados atende a, principalmente, interesses particulares, mas há também questões regionais. A adequação de vagas à população dos estados faria com que alguns

perdessem representantes na Câmara — o Rio de Janeiro, entre eles. A adaptação deveria ser encarada como um fato normal e previsível, não como uma redução no número de vagas de uma empresa.

Diferentemente do que ocorre no Senado — onde estados e o Distrito Federal têm três cadeiras cada —, a Câmara deveria espelhar, proporcionalmente, o número de habitantes de cada unidade da federação. Por representar a população, esta é chamada de Casa do Povo, enquanto a outra é a Casa dos Estados. Essa divisão tinha o objetivo original de equilibrar poderes: caberia, por exemplo, ao Senado barrar interesses abusivos de estados mais populosos.

A proporcionalidade na distribuição de cadeiras na Câmara foi bagunçada de vez em 1977, quando, para evi-

tar o risco de perder maioria na Casa, o presidente Ernesto Geisel promoveu uma mudança nos critérios de preenchimento das vagas e deu maior peso a estados do Norte e do Nordeste, então redutos da Arena, partido da ditadura. O estabelecimento de números mínimo (oito) e máximo (70) deputados faz com que um parlamentar de São Paulo represente cerca de 650 eleitores; o de Roraima, 72.

Mas suas excelências não estão nem um pouco preocupadas com essas minúcias, querem é manter seus empregos. Daí o apoio ao projeto apresentado pela deputada Dani Cunha (União-RJ), filha de Eduardo Cunha, aquele que, na presidência da Câmara, consolidou de vez a ideia de que a Casa existe, principalmente, para atender aos interesses de seus integrantes.

Os defensores da proposta ale-

garam que haverá um acréscimo de despesas que consideram irrisório, R\$ 64,6 milhões em salários, cota parlamentar e verbas de gabinete. Seguiram a tendência de considerar desprezível o gasto de dinheiro que não é deles, mas de todos nós.

A experiência brasileira indica que o custo da mamata será bem maior: alguém vai falar na necessidade de construção de um anexo para abrigar novos gabinetes; outro vai lembrar que será preciso aumentar o percentual do orçamento dedicado ao pagamento das emendas parlamentares. Afinal, a farinha nada pouca terá que ser dividida por um número maior de bocas.

Já o PDT deveria concentrar esforços na defesa do ex-ministro que não se movimentou para acabar com um esquema que roubava aposentados e pensionistas. Seria injusto atribuir a

Lupi toda a responsabilidade de uma armação que vinha de administrações anteriores, mas ele, ao deixar tudo como estava, mostrou-se, no mínimo, insensível.

Nessa história, vai ser difícil encontrar um inocente, aí incluídos todos os que ocuparam cargos de poder no INSS e se sentaram na cadeira de presidente da República. A autorização para entidades fizessem tais descontos dos segurados nasceu em 1991, no governo de Fernando Collor de Mello, e foi mantida por todos os seus sucessores.

A aprovação do projeto na Câmara e a grita do PDT ressaltam que a política brasileira atua como numa rodinha de linha de passe, um jogo de ganha-ganha em que o importante é não deixar a bola cair. Todos os participantes da brincadeira saem vencedores.